

**ATA Nº 01.2015**

1 A os vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às quatorze  
2 horas e dois minutos, na Avenida Ricardo Brandão, número mil e seiscentos,  
3 bairro Jatiuka, município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul,  
4 sede da Câmara Municipal de Vereadores, integrantes do Fórum Nacional de  
5 Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para  
6 População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais se reuniram, em  
7 sua 5ª Assembleia Geral, com a seguinte programação: 13h às 15h – inscrições de  
8 chapas para nova Diretoria do Fórum; 13h30 – Boas vindas aos/às participantes;  
9 13h45 – Apresentação dos Participantes e Leitura do Regimento do FONGES  
10 LGBT; 14h30 – Análise de Conjuntura e Construção de Plano de Ação 2015; 16h30  
11 – Processo Eleitoral do FONGES LGBT; 17h – Encaminhamentos; 18h –  
12 Encerramento. Ao iniciar a assembleia, o gestor Danillo Bittencourt apresentou,  
13 conforme decisão da última assembleia do Fórum, a indicação da Coordenação de  
14 Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT da cidade de Vitória da  
15 Conquista – Bahia como organizadora da referida assembleia. Passou-se para a  
16 apresentação da programação junto aos presentes, o que resultou, por consenso,  
17 numa modificação da mesma, conforme o que se segue: 14h às 17h30 – inscrições  
18 de chapas para nova Diretoria do Fórum; 14h – Boas vindas aos/às participantes;  
19 14h15 – Apresentação dos Participantes e Leitura do Regimento do FONGES  
20 LGBT; 14h30 – Análise de Gestão FONGES LGBT e da Conjuntura Nacional;  
21 16h45 às 17h15 – Articulação para Formação de Chapas; 17h30 – Processo  
22 Eleitoral do FONGES LGBT; 17h45 – Construção de Plano de Ação 2015 e  
23 Encaminhamentos; 19h – Encerramento. Passou-se a fala para o gestor estadual,  
24 Leonardo Bastos, para dar as boas vindas aos participantes. Após a mensagem de  
25 boas vindas, cada gestor/a presente se apresentou e houve a leitura do regimento  
26 do FONGES LGBT referente ao capítulo que trata sobre mandato e eleições para  
27 que a assembleia ficasse esclarecida sobre os procedimentos legais para formação  
28 de chapa e participação no processo eleitoral. Seguiu-se com a programação, onde  
29 cada gestor fez análise das antigas gestões do FONGES LGBT bem como da  
30 Conjuntura Nacional, conforme relatos que seguem: a) Leonardo Bastos (MS):  
31 apresentou um balanço da Gestão do Fonges, enquanto ex-presidente, destacando  
32 algumas ações realizadas, a exemplo da municipalização da política LGBT,  
33 realização de encontros regionais, a necessidade de fortalecimento das pautas  
34 regionais bem como o fortalecimento da região Norte do País, necessidade de uma  
35 discussão coletiva sobre o Sistema Nacional LGBT e a urgência no que diz respeito  
36 ao funcionamento das Comissões e Câmaras Técnicas do Fórum; b) Roberto Maia  
37 (PB): fez uma análise da conjuntura nacional em relação à Saúde Integral da  
38 População LGBT e apresentou a necessidade de repensar o funcionamento dos  
39 ambulatorios TT's bem como uma articulação do Programa de Saúde Mental para a  
40 população LGBT; c) Adriana Ferreto (GO): destacou a necessidade de se pensar  
41 qual o real papel do FONGES LGBT e o que estamos fazendo para mudar a política  
42 LGBT no país. Informou sobre a ausência de comunicação entre as Diretorias  
43 Regionais bem como a Diretoria Executiva para com as gestões públicas,  
44 reforçando a necessidade de construir um Fórum com compartilhamento de ações;  
45 d) Symmy Larrat (SP): fez uma análise da política LGBT no país, destacando uma  
46 falha desta política em todo território nacional, avaliando a insuficiência conceitual  
47 dos Conselhos de Direitos e a necessidade de sermos um Fórum Observatório do

48 andamento das políticas públicas para a população LGBT; e) Valdirene Santos  
49 (SP): falou da necessidade de pensar um trabalho coletivo com foco no  
50 fortalecimento das Diretorias Regionais. Citou a ausência de gestores/as na  
51 Assembleia devido aos cortes orçamentários nas gestões, inviabilizando pagamento  
52 de passagens e diárias; f) Carlos Tufuesson (RJ): citou a problemática da realização  
53 de conferências LGBT este ano devido à ausência de recursos para a realização.  
54 Falou, também, da necessidade de se pensar um FONGES LGBT suprapartidário  
55 com vistas à criação de uma cartilha (pacote básico) com informações para as  
56 novas gestões, citando as experiências exitosas das políticas LGBT; g) Flávio  
57 Brebis (DF): explicitou a situação da política LGBT na gestão do Distrito Federal que  
58 teve um retrocesso na gestão por conta de manobras fundamentalistas. Ressaltou a  
59 necessidade da compilação de práticas exitosas das políticas LGBT; h) Narciso  
60 Júnior (CE): destacou que as políticas LGBT estão ainda num aspecto preventivo  
61 devido à ausência de uma intersetorialidade da pauta com outras políticas. Fez uma  
62 comparação a outras coordenações da SDH que possuem editais para  
63 fortalecimento das coordenações municipais e estaduais. Citou, também, a  
64 necessidade de coletivizar mais as ações do FONGES LGBT; i) Adriana Lorrane  
65 (SE): citou a problemática das gestões LGBT em todo território nacional que, em  
66 sua maioria, são formadas por apenas uma única pessoa. Destacou a necessidade  
67 de pensar em políticas transversais e a realização de um Censo LGBT para  
68 mensurar quantos somos e o que desejamos a fim de provocar uma demanda  
69 nacional com efetivas ações de melhoria de vida da população LGBT; j) Edna  
70 Sampaio (MT): fez um balanço do quanto as pautas de direitos humanos tem se  
71 tornado extintas dentro das políticas públicas. Citou o conservadorismo do  
72 Congresso Nacional e a necessidade de fortalecer os espaços de participação  
73 popular para atuar de forma conjunta com os espaços de governo; l) Cláudio  
74 Nascimento (RJ): citou a questão da mídia e da onda conservadora no país. Falou  
75 da fragilidade, enquanto gestores, em propor ações de efetividade na política LGBT  
76 e da necessidade de repensar a realização de Conferências haja vista o cenário  
77 com poucas condições estruturais e políticas. Ressaltou a importância de uma  
78 revisão no Estatuto do FONGES LGBT haja vista que o atual documento não condiz  
79 com o crescimento do Fórum e permite que apenas um único grupo permaneça no  
80 poder; m) Alessandro Melchior (SP): ressaltou a necessidade de se pensar nas  
81 condições atuais da economia e da política para se desenhar um quadro da atual  
82 conjuntura nacional. Citou como um congresso nacional conversador incide nas  
83 perspectivas da política LGBT em nível estadual e municipal. Ressaltou a  
84 necessidade de criar um posicionamento coletivo do FONGES LGBT em relação ao  
85 Sistema Nacional LGBT com a criação de um GT para avaliar o Sistema e indicar  
86 alternativas de resolução das falhas que o Sistema apresenta; n) Bruna Lorrane  
87 (PA): resalta a necessidade de se pensar, individualmente, qual o papel de cada  
88 gestor dentro do FONGES e o que cada um tem feito para fortalecer esse espaço.  
89 Enfatizou a tarefa contínua de sermos fiscalizadores das políticas de direitos  
90 humanos em nossos territórios bem como a ausência de diálogo da SDH com o  
91 FONGES para construção conjunta de políticas para LGBT; o) Roberta Schultz  
92 (PB): ressaltou a necessidade de enxergarmos as conferências como espaços  
93 democráticos e de fortalecimento de nossas bandeiras de luta. Analisa que, em  
94 relação à política LGBT, há avanços e desafios. Reforça a ideia do FONGES LGBT  
95 como um vetor responsável pelo nosso agrupamento e da identidade coletiva de

96 nossas pautas; p) Geoberto dos Santos (AL): destaca a necessidade de fazermos  
97 políticas conjuntas com a pauta da educação, sendo este o melhor caminho para  
98 construção de uma sociedade mais respeitosa; q) Leonardo Bastos (MS): reforçou o  
99 FONGES LGBT como um espaço legítimo de proposição de mudanças ao cenário  
100 LGBT nacional. Informou que o FONGES LGBT apresentou proposta sobre o  
101 Sistema Nacional, mas que foi rejeitada pela SDH. Citou, ainda, a necessidade de  
102 reforçar coletivamente nossas metas e propostas enquanto grupo. Após as falas  
103 sobre a Conjuntura Nacional, avaliação de Gestão do FONGES LGBT, houve uma  
104 pausa na Assembleia para o início das articulações de formação de chapa, num  
105 prazo de trinta minutos. Retornou aos trabalhos e a Comissão Eleitoral, formada  
106 pelas gestoras Heloísa Sampaio (SP), Ana Carolina Silvério (DF) e Roberta Schultz  
107 (PB), assume a Assembleia e institui a mesa de trabalho para eleição da nova  
108 Diretoria do FONGES LGBT, biênio 2015-2017. Antes da leitura das chapas aptas a  
109 serem votadas, a Mesa Diretora do Processo Eleitoral recebeu pedido de  
110 integrantes do movimento social de Campo Grande/MS para uso da tribuna a fim de  
111 relatar sobre casos de homofobia institucional. A Comissão Eleitoral informou que a  
112 Assembleia do FONGES LGBT não era o espaço ideal para o uso da fala oral haja  
113 vista que a Assembleia se encontrava em pleno processo eleitoral, mas sugeriu que  
114 o movimento social redigisse um manifesto para que fosse lido no primeiro horário  
115 dos trabalhos da manhã seguinte. Alessandro Melchior solicitou uma questão de  
116 esclarecimento e pontou que o Regimento do FONGES LGBT prevê, em seu artigo  
117 27, que a Assembleia é responsável para a definição de casos omissos ao  
118 Regimento e que considerava o atual pedido do movimento social como um desses  
119 casos. A Mesa Diretora do Processo Eleitoral encaminhou para votação da  
120 Assembleia o pedido do movimento social: 21 votos a favor do uso da tribuna pelo  
121 Movimento Social naquele momento, 07 votos para o uso da tribuna após o  
122 processo eleitoral e 03 abstenções. A representante do movimento social, Cris  
123 Stefany, utilizou da tribuna e relatou o descaso da atual gestão LGBT estadual para  
124 com os movimentos sociais do Estado bem como a necessidade do FONGES LGBT  
125 votar numa perspectiva de alternância de poder na gestão do Fórum. Após a fala, a  
126 Comissão Eleitoral continuou os trabalhos e informou que apenas uma chapa foi  
127 inscrita para o pleito, com a seguinte composição: Leonardo Bastos, na condição de  
128 presidente; Bruna Lorrane, na condição de vice-presidenta e Danillo Bittencourt,  
129 como secretário executivo. A Comissão Eleitoral informou que a chapa inscrita  
130 atende aos pré-requisitos do art. 19 do Regimento do FONGES LGBT e está apta a  
131 ser votada. Passou-se para o procedimento de votação, com o seguinte resultado:  
132 24 votos a favor, nenhum contra e 08 abstenções, com 6 solicitações de Declaração  
133 de Voto. Com o resultado da votação, a chapa inscrita, venceu o pleito e será  
134 responsável pela gestão do FONGES LGBT no biênio 2015-2017. Seguem as  
135 declarações de voto: a) Alessandro Melchior (SP): informa a necessidade de  
136 reestruturação do regimento do Fórum e acredita que a participação de organismos  
137 que apenas fazem a interface com a política LGBT precisa ser revista; b) Adriano  
138 Ferreto (GO): reforça a necessidade de mudança regimental e solicita que a nova  
139 diretoria tenha um papel claro do que propõe para não acarretar apenas numa  
140 permanência contínua no poder; c) Cláudio Nascimento (RJ): informa ser contrário  
141 ao método de composição de chapas mas não contrário às pessoas que estão na  
142 Diretoria. Solicita que a Assembleia compreenda que os 30% que se abstiveram do  
143 voto também fazem parte do Fórum e precisam ser tratados na coletividade.

144 Reforça, ainda, a necessidade de repensar o papel dos órgãos filiados que não  
145 trabalham com a política LGBT diretamente e fazem apenas a interface; d) Kellyane  
146 Oliveira (PR): ressalta a necessidade de uma reforma estatutária; e) Roberto Souza  
147 (PB): reforça a ideia de reforma estatutária e f) Carlos Tufuesson: analisa o quanto  
148 as Assembleias do FONGES LGBT têm sido divididas por grupos, a partir de  
149 interesses meramente partidários, o que dificulta num avanço de uma política LGBT  
150 coletiva e que atenda aos interesses de todos. Ao concluir as declarações de voto,  
151 a Comissão Eleitoral passa a fala para a Diretoria Executiva eleita e Bruna Lorrane,  
152 na condição de vice-presidente, reforça a legitimidade da eleição bem como se  
153 compromete a construir uma gestão baseada nos princípios da coletividade, do  
154 interesse comum e analisa como coerente a necessidade de uma reforma  
155 estatutária haja vista o crescimento do FONGES LGBT e do avanço da pauta LGBT  
156 em Estados e Municípios. Pelo adiantar da hora e do tempo solicitado pela reserva  
157 do auditório da Câmara de Vereadores de Campo Grande (MS), a Assembleia  
158 decidiu em transferir para o dia seguinte, após a reunião do Comitê Nacional de  
159 Gestores(as) da Política LGBT, o FONGES LGBT instituiria a continuação desta  
160 Assembleia para definir o Plano de Ação 2015, encerrando a Assembleia, às  
161 dezoito horas e quarenta e dois minutos. Nada mais havendo a declarar, eu, Danilo  
162 Bittencourt, coordenador de Políticas LGBT da Prefeitura de Vitória da Conquista-  
163 Ba, integrante da Comissão Organizadora da 5ª Assembleia Ordinária do FONGES  
164 LGBT, lavrei a presente ata, composta por 166 linhas digitadas e com lista de  
165 presença de todos os/as participantes. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 23 de  
166 maio de 2015.